

A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS QUE ENSINARAM MATEMÁTICA EM ESCOLAS RURAIS DE SIDROLÂNDIA

Vivian Nantes Muniz Franco¹

Luzia Aparecida de Souza²

Resumo: Este texto busca destacar características notáveis acerca da formação de quatro professoras que atuaram em escolas rurais de Sidrolândia. Essa caracterização é um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica que visou a construção de um cenário da formação/atuação de professores de matemática nas escolas rurais em Sidrolândia, entre as décadas de 1970 e 1980. Para isso, adotou-se a História Oral como metodologia qualitativa, que articula procedimentos específicos baseados na historiografia e em princípios éticos voltados à criação intencional de fontes na construção de narrativas. Dentre os aspectos predominantes neste estudo estão: a atuação docente sem formação específica e os cursos emergenciais.

Palavras-chave: Formação de Professores. Escolas Rurais. História Oral.

INTRODUÇÃO

A temática proposta nesta pesquisa buscou observar as afecções sociais da organização do estado em relação às escolas rurais do interior, especificamente, propusemos um estudo de caso em Sidrolândia (onde essas escolas são, até hoje, típicas).

O recorte temporal pelo qual optamos neste estudo envolveu o desmembramento do estado de Mato Grosso.³ Isso porque, o não investimento no interior do estado emerge em alguns estudos como uma das causas do desmembramento do estado de Mato Grosso e, considerando a realidade da criação de escolas rurais (condicionadas, muitas vezes, à doação de terras por parte de fazendeiros), buscamos compreender como o funcionamento destas foi efetivado internamente após a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha do município de Sidrolândia⁴ para a realização da pesquisa se deu, primeiramente, por ser onde reside a autora, o que favorece o andamento da pesquisa, mas também, pelos indícios de que existiram escolas rurais, neste município, no espaço histórico

¹ Vivian Nantes Muniz Franco, Acadêmica da Licenciatura em Matemática, INMA, UFMS, viviannantes@hotmail.com

² Luzia Aparecida de Souza, Professora do INMA e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFMS, orientadora da pesquisa aqui relatada, luzia.souza@ufms.br

³ O desmembramento do estado de Mato Grosso e a criação do estado de Mato Grosso do Sul deu-se com a Lei Complementar nº 31, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel em 11 de outubro de 1977.

⁴ Sidrolândia, cidade localizada em Mato Grosso do Sul, a aproximadamente 60 km da capital, Campo Grande.

que queremos investigar e que essas foram, por muito tempo, responsáveis pela educação no interior do estado. Em Sidrolândia é comum, até hoje, o funcionamento de escolas rurais decorrente do vasto território rural e da atividade agrícola que sempre foi predominante na região.

A partir da construção do cenário escola/educação rural de Sidrolândia, assim como, das considerações de possíveis alterações dessas instituições de ensino a partir da criação do estado de Mato Grosso do Sul, resultado do projeto de Iniciação Científica - PIBIT/PIBIC - CNPq/UFMS⁵, intitulado “Narrativas sobre a formação e atuação de professores: o ensino de matemática na zona rural de Sidrolândia”, propomos uma discussão acerca da formação das professoras que atuaram em escolas rurais do município no período proposto, a fim de nos aprofundarmos neste contexto.

A historiografia nos permitiu reunir vestígios, que possibilitaram a construção do cenário das escolas rurais. Segundo Almeida (2005, p. 278) “Estamos diante de uma história que envolve personagens anônimos, alunos e professores, que constituíram identidades particulares nas escolas afastadas das cidades”.

Para Martins (2003, p. 25) “as possibilidades de se compreender a escola rural, a formação de seus alunos e professores, a partir dos depoimentos coletados, são enormes”. Dessa forma produzimos fontes intencionais, por meio da situação de entrevistas, orientadas pela metodologia História Oral, que nos permitiram compor sistematicamente as considerações sobre as escolas rurais e construir o retrato da escola rural de Sidrolândia.

METODOLOGIA

Realizamos este trabalho com uma postura orientada pelos princípios da pesquisa qualitativa, dessa forma, admitiu-se lidar com valores, crenças e opiniões. Esta, por sua vez, se baseia em investigações mais aprofundadas, realizadas intensamente em um longo período de tempo, valorizando o processo e não seu resultado.

Nessa perspectiva de pesquisa, sendo esta uma pesquisa historiográfica, adotou-se a História Oral (MEIHY, 2002; SILVA e SOUZA, 2007; SOUZA, 2006) como metodologia, utilizando seus princípios para construção de narrativas, com o propósito de constituir discursivamente o cenário proposto pela investigação a partir de situações de entrevistas.

⁵ Essa proposta articula-se a um projeto mais amplo, aprovado e financiado pelo CNPq, do Grupo de Pesquisa “História da Educação Matemática em Pesquisa”. Este grupo desenvolve um projeto que visa mapear e analisar as propostas e práticas de formação de professores no estado de Mato Grosso do Sul.

Desse modo, foi possível desfrutar das lembranças de pessoas que vivenciaram a realidade das escolas rurais no município de Sidrolândia.

Ao adotar a metodologia História Oral, admitimos alguns pressupostos (teóricos /históricos), tendo fundamentação historiográfica na Nova História⁶ (BLOCH, 2001; LE GOFF, 2001). Dessa forma, assumimos um exercício historiográfico que não se efetiva somente em relação aos grandes nomes e a datas específicas (marcos de acontecimentos), mas que busca compreender o processo constituído pelas relações entre os homens e seu contexto. Nessa perspectiva consideramos que não existem fatos, nem “a história verdadeira”, mas versões históricas criadas a partir de fontes que, de acordo com a pesquisa, respondem às questões formuladas por aquele que as estuda, ou seja, tomamos os documentos como objetos que não falam por si só, mas respondem àquilo que convém ao pesquisador indagar.

Com orientação nos trabalhos de Bolívar (2002) sobre as potencialidades das narrativas para a pesquisa científica e formação de professores, estruturamos essa investigação sob procedimentos específicos, como: mapeamento e contato de/com possíveis depoentes vinculados ao tema a ser investigado, critério de rede, construção de roteiro, gravação, transcrição e textualização de entrevistas, carta de cessão (para utilização da fonte criada por esta e por outros pesquisadores), bem como a produção de uma análise acerca do cenário aqui proposto para construção.

O desenvolvimento da pesquisa iniciou-se com um primeiro levantamento/sondagem/seleção acerca de possíveis interlocutores, que pudessem contribuir com a investigação. Para isso foram realizadas conversas informais com algumas pessoas que trabalham com a educação no município e que indicaram nomes de antigos professores que atuavam em escolas rurais no período que compreendeu as décadas de 1970 e 1980.

Dentre as professoras contatadas, realizamos entrevista com as professoras Arari Barém Cabral⁷, Laura Sousa dos Santos⁸, Eleuzina Pereira Barbosa⁹ e Ângela Alvarina Pigosso Ribeiro¹⁰.

⁶ A Nova História, foi um novo modelo de historiografia, que introduziu a percepção da história como um problema. A História já não poderia mais ser olhada como uma ciência do passado, mas sim como o estudo dos homens no tempo, vivendo em comunidade. Esse movimento teve início com a escola dos Annales, fundada por Marc Bloch.

⁷ Professora Arari Barém Cabral, atuou como “coordenadora” de escolas rurais - considerando que na época esse não era seu cargo oficial, pois era ao mesmo tempo diretora de uma escola urbana – na década de 1970.

⁸ Professora Laura Sousa dos Santos – lecionou em diferentes escolas rurais – atuou aproximadamente nas décadas de 1960 e 1970.

⁹ Professora Eleuzina Pereira Barbosa, lecionou em uma escola rural dos anos de 1965 a 1970 aproximadamente.

¹⁰ Professora Ângela Alvarina Pigosso Ribeiro, atuou aproximadamente dois anos como professora de escola rural no início da década de 1980.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas por nós realizadas com antigos professores, foi possível construir um primeiro cenário das escolas rurais de Sidrolândia num período entre as décadas de 1970 e 1980. A partir disso, optamos aqui, por destacar as características referentes a formação das professores que atuavam nas escolas rurais.

O ensino, nesse período, era orientado pela Lei de Diretrizes e Bases n. 5692 de 1971. Com o objetivo geral de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (LDB de 1971), essa lei prevê uma formação mínima aos professores atuantes no ensino básico.

A escola rural oferecia unicamente o ensino primário em Sidrolândia, o que atendia a perspectivas como a de que este era um nível de instrução suficiente e/ou a de que a presença dessa escola nos sítios e fazendas contribuía para com a permanência dos jovens no campo.

Considerando os níveis de ensino¹¹ da época, sobre o ensino de Primeiro Grau, essa lei prevê em seu artigo n.30 que a formação dos professores de 1ª a 4ª série deveria ser, no mínimo, a habilitação do Segundo Grau. Considerando uma relativização prevista no artigo 29, em que há referência a uma busca por progressiva formação e ao necessário ajuste às diferenças culturais de cada região do país, o artigo de número 77, nas disposições transitórias, prevê condições especiais no caso da falta de professores.

Art. 77 Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:

- a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série e 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série e 2º grau;
- c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau.

Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:

- a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos;
- b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;

¹¹ A primeira LDB – Lei nº 4.024/1961, estabeleceu três níveis de ensino: Primário, Médio e Superior. Posteriormente a Lei nº 5.692/1971 fixou novas diretrizes e bases para uma parte do ensino ao qual denominou de 1º e 2º Graus, não incluindo a Educação Superior, onde se entende por Ensino primário a educação correspondente ao Ensino de Primeiro Grau e por Ensino Médio, o de Segundo Grau. A partir da nova LDB – Lei nº 9.394/1996 o Ensino Fundamental e o Ensino Médio passam a compor a Educação Básica, sendo o Ensino Fundamental corresponde ao Primeiro Grau e o Ensino Médio ao Segundo Grau.

c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho.

Nas entrevistas foram citadas cerca de quinze escolas rurais diferentes, conhecidas por nossas interlocutoras, o que caracteriza o ensino rural de Sidrolândia. Nesse período, o país vivenciava um processo migratório da população do campo para a cidade, conhecido como Êxodo Rural. Segundo Camarano e Abramovay (1999, p. 2) “os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural”. Enquanto no país todo apareciam as marcas desse movimento, Sidrolândia, mantinha-se prioritariamente no campo, dispondo de uma grande população rural, considerando seu pequeno território e a população total da época¹², com mais de quinze escolas distribuídas em fazendas, sítios e chácaras.

No período de 1970 a 1980, a carência dessas escolas rurais fica evidente em todos os aspectos. A precariedade constituía a estrutura física dessas escolas consideradas suficientes e de grande importância para atender os alunos das escolas rurais.

Considerando as condições das escolas rurais, observamos com as narrativas que o ensino de matemática era desenvolvido partir conteúdos sucintos e elementares, sem apoio de materiais didáticos específicos e com o foco nas quatro operações fundamentais.

As escolas localizadas na zona rural de Sidrolândia que se destacam nas narrativas são aquelas onde as depoentes atuaram, essas escolas situavam-se em regiões afastadas e diferentes. A professora Eleuzina atuou na Escola Canastrão, que funcionava em sua própria casa. Da mesma forma a professora Laura adaptava em sua própria casa, na fazenda, uma sala para lecionar, ela atuou nas Escolas Belchior de Souza, Laudelino Barcelos e nas regiões do Serradinho e Quebra Côco. Já a professora Ângela, que residia e trabalhava na cidade, atuou como professora em uma Escola também no Serradinho, na região do Capão Seco.

Com tantas escolas, separadas por distâncias consideráveis (segundo as entrevistadas os alunos chegavam a caminhar dez, doze quilômetros para estudar), o município contratava e promovia o deslocamento diário de professoras da cidade para o campo, mas também investia na contratação de professoras que moravam na zona rural e que, assim, podiam ceder parte de sua casa para o ensino. Desse modo, a prefeitura responsabilizava-se, segundo as professoras, por tudo: entendido pelas professoras entrevistadas como envio de materiais para merenda, fornecimento de giz, lápis, cadernos, borrachas, livros, transporte.

¹² Segundo o levantamento da Rede Escolar Estadual e Urbana do Estado de Mato Grosso do Sul realizado em março de 1980 que apresentou os dados do Censo realizado pelo IBGE em 1970 para caracterizar os aspectos demográficos do município de Sidrolândia, a população total era de 8.017 habitantes, sendo 2.906 habitantes na Zona Urbana e 5.111 habitantes na Zona Rural.

A zona rural de Sidrolândia apresentava uma estrutura marcada pela urgência e emergência de escolas e, com isso, de professores que as assumissem, por isso a situação mostrava-se precária: professores leigos e profissionais com um mínimo de formação em outras áreas eram aproveitados para suprir as necessidades do ensino primário de 1ª a 4ª série.

As professoras entrevistadas descrevem um cenário de falta de formação e de poucas orientações (geralmente oriundas da direção da instituição responsável pelas escolas rurais ou de amigas professoras com mais experiência de ensino) para uma profissão que exigia, além da organização para o ensino como nas escolas urbanas, inúmeras funções no espaço escolar: os professores das escolas rurais eram responsáveis pela limpeza e organização do ambiente das aulas, preparação da merenda escolar, organizar brincadeiras com as crianças, matrículas.

As professoras Arari Barém Cabral, Laura Sousa dos Santos e Eleuzina Pereira Barbosa, iniciaram o trabalho com escolas rurais sem formação específica de professor e com o tempo foram buscando cursos de formação. A professora Laura e a professora Eleuzina começaram a atuar na escola rural apenas com o ensino primário, já a professora Arari começou seu trabalho como diretora da Escola Pedro Aleixo¹³ e coordenava as escolas rurais do município.

Quando eu comecei a dar aula aqui na cidade, pelo estado, e também nas primeiras escolas rurais em que eu dei aula, eu possuía apenas o ensino primário. Laura Sousa dos Santos¹⁴

Nesse período eu tinha a quarta série primária. [...] Quando comecei a dar aula, nem tinha uma formação inicial, eu estava com dezessete anos, não podia nem ser contratada, mas como não tinha outra... [...] Só fui me formar depois. Eleuzina Pereira Barbosa.¹⁵

[...]eu comecei a trabalhar com as escolas rurais ao mesmo tempo em que eu era diretora da Escola Pedro Aleixo, porque não tinham pessoas para trabalhar. Arari Barém Cabral¹⁶

A professora Ângela Alvarina Pigosso Ribeiro, quando iniciou seu trabalho em escolas rurais, trabalhava como secretária na Secretaria de Educação do município e não possuía formação específica para lecionar.

Em 1980, eu entrei na Secretaria de Educação e em 1982 eles precisaram de professores no Serradinho, na região do Capão Seco, e não tinha ninguém para ir para lá. Eu até fazia jornada dupla de trabalho, porque eu tinha que levantar cinco horas de manhã e ir para escola e a tarde eu tinha que trabalhar na Secretaria de Educação. [...]Recebíamos o material e íamos ensinar o que a gente já sabia. A gente não tinha preparação nenhuma, era o

¹³ Escola Municipal Pedro Aleixo, em funcionamento ainda hoje na zona urbana de Sidrolândia.

¹⁴ Entrevista realizada em 25 de julho de 2012.

¹⁵ Entrevista realizada em 02 de junho de 2013.

¹⁶ Entrevista realizada em 25 de julho de 2012.

que tinha aprendido no ensino fundamental. Ângela Alvarina Pigosso Ribeiro¹⁷

Com o tempo, as professoras, já em atuação, tiveram acesso a cursos de formação, algumas terminaram o primeiro grau, com um curso de ginásio oferecido nas férias e posteriormente o magistério também no formato de férias intitulado Normal de Férias. E algumas professoras deram continuidade fazendo a Faculdade de Pedagogia¹⁸ em Presidente Prudente.

[...]nós fizemos o ginásio lá em Rio Brilhante. [...]O curso era assim: nas férias do mês de julho, nós estudávamos o mês de julho inteirinho, os trinta e um dias, e nas férias do fim do ano nós começávamos a estudar no dia primeiro de dezembro e terminávamos no fim de fevereiro, porque em março nós já começávamos a dar aula. [...] E depois que eu concluí o ginásio, fiz magistério aqui em Sidrolândia. O magistério foi aqui daí, também nas férias, curso de férias. Laura Sousa dos Santos¹⁹

Eu fiz o ginásio completo normalmente, em Sidrolândia[...]. Aí depois fiz o Normal de Férias junto com a Laura. [...]Eu fiz a faculdade de Pedagogia, em Presidente Prudente. [...] E fui me formando assim, no decorrer da vida, quando foram aparecendo as oportunidades. E a gente foi fazendo, porque você tem que estar fazendo ali, você está trabalhando, você tem que ir se preparando do jeito que pode. E também começaram a exigir essas formações. Eleuzina Pereira Barbosa²⁰

Aqui em Sidrolândia nós tivemos um curso de férias, que era o Normal de Férias, [...] então eu fiz o Normal de Férias. Depois do Normal de Férias, fui fazer a Faculdade de Pedagogia, curso que eu concluí. Arari Barém Cabral²¹

O curso Normal de Férias, que se destacou nos depoimentos, teve uma duração de três anos, foi um aperfeiçoamento importante para os professores, considerando que a formação passou a ser exigida. O Normal de Férias era um curso oferecido somente nos períodos de férias escolares, no meio e no final do ano, como seu próprio nome indica. Os indícios mostram que os professores que ministravam o curso vinham de Campo Grande, mas não há indicativos que mostrem se tais professores eram da Escola Normal Auxiliadora ou da Escola Normal Joaquim Murтинho, embora o fato desta última ser pública seja um indício importante. As professoras entrevistadas destacam ainda que o período de curso era muito cansativo, isso porque as aulas eram nos períodos matutino, vespertino e algumas vezes noturno. O curso

¹⁷ Entrevista realizada em 17 de agosto de 2013.

¹⁸ Esse curso teve duração de três anos, mas nenhuma das professoras lembra-se do nome da universidade. Os relatos destacam que a opção em cursar Pedagogia em Presidente Prudente se deu por esta exigir uma carga horária menor e mais acessível por não exigir frequência diária, visto que as aulas ocorriam mensalmente.

¹⁹ Entrevista realizada em 25 de julho de 2012.

²⁰ Entrevista realizada em 02 de junho de 2013.

²¹ Entrevista realizada em 25 de julho de 2012.

Normal de Férias foi oferecido pela prefeitura, que buscou sua vinda para o município de Sidrolândia frente às autoridades regionais. Tal curso era gratuito e ainda oferecia bolsas a professores vindos de outras cidades. Pretendemos em um próximo estudo dedicarmos a essa temática.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado "Formação de professores que ensinam matemática: um olhar para o Mato Grosso do Sul", financiado pelo CNPQ. Esperamos que essa breve caracterização da realidade vivenciada nas Escolas Rurais de Sidrolândia exposta neste texto, contribua com outros estudos na construção de um cenário de formação de professores nas Escolas Rurais e, de uma forma mais ampla, forneçam subsídios para iniciativas e que valorizem a estruturação da formação de professores que ensinam matemática no país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação Rural como Processo Civilizador. In:
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLÍVAR, A.B. “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**. v. 4, n. 1. p.41-62, 2002.
- CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p.
- GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Perfil de MS**. Disponível em <http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>, acesso em 30 de agosto de 2013.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. (Org). **A História Nova**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 25-67.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.
- MARTINS, M.E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural: um estudo no oeste paulista**. 2003. 216f. Monografia (Iniciação Científica em Educação Matemática) – Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SILVA, H., SOUZA, L. A. de. A história oral na pesquisa em Educação Matemática. In. **Boletim da Educação Matemática**. Ano 20, n. 28. Rio Claro: Unesp, Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, 2007. pp. 139-162.
- SOUZA, L. A. **História oral e Educação Matemática: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões**. 2006. 314 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.